



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO	Notas	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.481	20.894	Fornecedores	10	6.982	7.484
Consumidores, concessionários e permissionários	5	20.350	18.472	Tributos e contribuições sociais a pagar	11	4.518	5.244
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	955	509	Participações estatutárias		1.375	1.782
Estoques		867	800	Dividendos propostos		3.538	7.264
Outros ativos	7	4.015	4.341	Empréstimos e financiamentos	12	6.085	6.736
TOTAL DO CIRCULANTE		42.668	45.016	Encargos do consumidor a recolher	13	5.687	5.257
				Outros passivos	14	1.537	2.351
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO CIRCULANTE		29.722	36.118
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	1.274	2.144	NÃO CIRCULANTE			
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	8	75.082	65.357	Empréstimos e financiamentos	12	27.194	29.109
Intangível	9	30.935	36.570	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		27.194	29.109
Outros ativos	7	534	2.796	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		107.825	106.867	Capital social		70.000	60.000
				Reserva de capital		3.202	5.343
				Reserva de investimentos		13.516	15.072
				Reserva legal		6.859	6.241
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.577	86.656
TOTAL DO ATIVO		150.493	151.883	TOTAL DO PASSIVO		150.493	151.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais

	Notas	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida das atividades continuadas	17	122.492	115.802
Despesas operacionais			
Pessoal		(12.908)	(11.325)
Materiais		(2.569)	(2.628)
Serviços de terceiros		(8.309)	(5.770)
Energia elétrica comprada para revenda	18	(70.434)	(63.291)
Amortização		(6.184)	(5.433)
Outras despesas operacionais líquidas		(3.106)	(2.324)
		(103.510)	(90.771)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		18.982	25.031
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		3.470	3.734
Despesas financeiras		(3.350)	(2.874)
		120	860
Lucro antes dos impostos	20	19.102	25.891
Imposto de renda		(2.765)	(4.064)
Contribuição social		(854)	(1.321)
		(3.619)	(5.385)
Lucro líquido do exercício antes da participação estatutária		15.483	20.506
Participações estatutárias		(1.375)	(1.782)
Lucro líquido do exercício		14.108	18.724
Lucro por ação		3,19	4,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2010	50.000	5.244	-	5.473	17.111	-	77.828	
Aumento de capital cfe. AGO/E de 13/04/2010	7.412	-	-	-	(7.412)	-	-	
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	2.588	(2.588)	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.724	18.724	
Constituição de reserva legal	-	-	-	768	-	(768)	-	
Proposta da administração para distribuição de dividendos:								
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(4.779)	(4.779)	
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	(593)	(2.614)	(3.207)	
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	(299)	(1.611)	(1.910)	
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	2.687	-	-	-	(2.687)	-	
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	6.265	(6.265)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	60.000	5.343	-	6.241	15.072	-	86.656	
Aumento de capital cfe. AGO/E de 27/04/2011	6.129	-	-	-	(6.129)	-	-	
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	3.871	(3.871)	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.108	14.108	
Constituição de reserva legal	-	-	-	618	-	(618)	-	
Proposta da administração para distribuição de dividendos (nota 15):								
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	(2.416)	(1.658)	(4.074)	
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	(1.233)	(1.880)	(3.113)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(5.127)	-	
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	1.730	-	5.127	-	(1.730)	-	
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	3.095	(3.095)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	70.000	3.202	5.127	6.859	8.389	-	93.577	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais

	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
Arrecadação	190.716	171.640
Recebimento de subvenção baixa renda	2.275	2.368
Fornecedores	(92.663)	(75.915)
Salários e encargos sociais	(9.541)	(7.534)
Impostos e contribuições	(56.072)	(49.767)
Encargos setoriais	(16.340)	(12.119)
Outros recebimentos (pagamentos)	1.161	(7.862)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE OPERACIONAL	19.536	20.811
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Alienação de materiais	685	634
Aquisição de imobilizado	(8.506)	(10.803)
Dividendos pagos	(7.200)	(5.000)
Participações estatutárias	(1.782)	(1.770)
Outros recebimentos (pagamentos)	(2.943)	(2.483)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(19.746)	(19.422)
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	3.914	5.086
Subvenção econômica	2.328	2.659
Serviço da dívida (principal e encargos)	(8.569)	(7.937)
Outros recebimentos (pagamentos)	(1.876)	(3.691)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(4.203)	(3.883)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.413)	(2.494)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.894	23.388
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	16.481	20.894
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.413)	(2.494)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais

	31/12/2011	31/12/2010
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Fornecimento de energia elétrica	179.283	165.424
Outras receitas operacionais	5.453	6.075
Energia elétrica comprada para revenda	(70.434)	(63.291)
Serviços de terceiros	(8.309)	(5.770)
Materiais	(2.569)	(2.628)
Outras despesas operacionais líquidas	(2.698)	(1.832)
VALOR ADICIONADO BRUTO	100.726	97.978
Quotas de reintegração	(6.184)	(5.433)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	94.542	92.545
Receitas financeiras	3.470	3.734
VALOR ADICIONADO TOTAL	98.012	96.279
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	(12.908)	(11.325)
Impostos, taxas e contribuições	(67.463)	(63.284)
Encargos de dívidas e juros	(3.480)	(3.360)
Aluguéis	(408)	(491)
Dividendos, participações estatutárias e JSCP	(10.404)	(10.786)
Lucros retidos	(3.713)	(7.033)
	(98.012)	(96.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Companhia ou Santa Maria), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de Colatina - ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 20/99-ANEEL, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015, e atua em 11 municípios do Estado do Espírito Santo, tendo suas atividades reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Santa Maria gera e transmite aproximadamente 2,12% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 97,88% restantes de sua energia elétrica distribuída são adquiridos da sua supridora ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

A área de concessão da Companhia, que corresponde a 4.994 km², abrange os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

Municípios	Nº consumidores por município	
	2011	2010
Água Branca	3.594	3.441
Alto Rio Novo	2.828	2.758
Colatina (exceto distrito de Itapina)	44.519	43.030
Mariilândia	4.939	4.702
Pancas	6.988	6.791
São Roque do Canaã	4.097	3.939
Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	1.756	1.690
São Domingos do Norte	3.614	3.505
São Gabriel da Palha	12.491	12.037
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.055	2.936
Governador Lindemberg	4.333	4.240
Total	92.214	89.069

2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - BASE DE PREPARAÇÃO

2.1.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A Administração da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 23 de março de 2012. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, todos os pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPC's que são aplicáveis para a Companhia, considerando as suas operações, são:

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 07 (R1) - Subvenção e assistências governamentais
CPC 09 - Demonstração do valor adicionado
CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08
CPC 20 - Custo de Empréstimo
CPC 24 - Evento Subseqüente
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 27 - Ativo Imobilizado

Continua>>>



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

- CPC 30 – Receitas
- CPC 33 – Benefícios a empregados
- CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração
- CPC 39 – Instrumentos financeiros: Apresentação
- CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação

2.1.2 - BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, e incluem:
 ✓ Os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia;
 ✓ Os valores faturados a consumidores finais, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
 ✗ A provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, calculada com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico a qual é considerada suficiente para a realização das contas a receber.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Ativo financeiro indenizável

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

e) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar relativos à aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos e financiamentos

As obrigações em moeda nacional estão atualizadas pela variação monetária, juros e encargos financeiros determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos, e considerou a adoção do Regime Tributário de Transição – RTT, conforme determinado na MP 449/08 (convertida na Lei 11.941/09).

Em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil – RFB com jurisdição sobre o município de sua sede.

Esta subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia.

Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de capital, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

l) Benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para os seus empregados desde 01/11/1992, multipatrocinado, denominado Santa Maria I, composto de complementos calculados segundo a modalidade de Benefício Definido – Benefícios de Risco – Parte Geral e modalidade de Contribuição Definida não permanente – Benefícios de Prazo Programado – Parte Opcional.

Apesar de ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a Companhia e as demais patrocinadoras do fundo. A reserva matemática garantidora dos benefícios concedidos, constituída na data de início do benefício em nome do participante que se aposentará, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante, corrigidas monetariamente de acordo com a variação das quotas patrimoniais, descontadas as parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco. Em 2011, foi instituído o plano de benefícios Santa Maria II (previdência complementar), composto de complementos calculados segundo a modalidade de Contribuição Definida, com adesão (migração) da quase totalidade dos empregados da Companhia. Neste plano, além das contribuições normais, o participante pode optar por fazer também contribuições voluntárias. Ambos os planos são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada. As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidos no resultado.

n) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, esta interpretação é aplicável. De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida conforme um dos modelos contábeis previstos na interpretação, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

o) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

p) Instrumentos financeiros

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos

As disponibilidades incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos compostos basicamente pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3. REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão celebrado em 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., estabelece as regras para a revisão e o reajuste das tarifas de energia elétrica aplicadas ao consumidor final. Assim, por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.105, de 1º de fevereiro de 2011, a ANEEL reajustou as tarifas da Companhia, em média, em 17,72% para o período de 07 de fevereiro de 2011 a 06 de fevereiro de 2012. Deste percentual, 5,37% referem-se ao reajuste econômico e 12,35% referem-se a componentes financeiros.

O efeito médio do reajuste a ser percebido pelos consumidores cativos da Santa Maria seria de 13,80%, sendo de 14,60% em média para os consumidores cativos conectados em alta tensão – AT, e de 13,53% em média para aqueles conectados em baixa tensão – BT.

Entretanto, por proposição da Companhia, a ANEEL autorizou, em caráter excepcional, o diferimento parcial equivalente a 1/3 (um terço) do reajuste, no valor de R\$ 5.182.367,92 (cinco milhões, cento e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), a ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo processo tarifário, em 2012, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Em decorrência deste diferimento parcial, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 9,76%, sendo de 10,35% em média para os consumidores cativos conectados em alta tensão – AT, e de 9,56% em média para aqueles conectados em baixa tensão – BT.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos conta movimento	1.193	889
Aplicações financeiras – renda fixa	15.288	20.005
Total	<u>16.481</u>	<u>20.894</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSONÁRIOS

Circulante	31/12/2011		31/12/2010	
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo líquido
Residencial	2.753	1.368	72	4.193
Residencial - Baixa renda	365	257	4	626
Industrial	2.516	670	142	3.328
Comercial, serviços e outros	2.325	559	189	3.073
Rural	449	552	62	1.063
Poder público	534	31	-	565
Iluminação pública	334	57	677	1.068
Serviço público	379	1	-	380
Fornecimento não faturado	3.689	-	-	3.689
Redução tarifa irrigação e aquicultura	3.157	-	-	3.157
Outros créditos	170	-	-	170
Subtotal	<u>16.671</u>	<u>3.495</u>	<u>1.146</u>	<u>21.312</u>
PCLD	-	-	(962)	(884)
Total	<u>16.671</u>	<u>3.495</u>	<u>184</u>	<u>20.352</u>

Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- ✓ Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- ✓ Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- ✓ Demais classes vencidas há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, concessionários e permissionários, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Ativos compensáveis	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ e CSLL	418	396	-	-
ICMS	424	-	1.274	2.144
Outros	113	113	-	-
Total	<u>955</u>	<u>509</u>	<u>1.274</u>	<u>2.144</u>

Os valores de ICMS a recuperar referem-se aos créditos do imobilizado, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

7. OUTROS ATIVOS

Outros ativos	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamentos a empregados	101	106	-	-
Adiantamentos a fornecedores	54	-	-	-
Serviços prestados a terceiros	392	218	-	-
Serviços em curso – P&D / PEE	2.610	2.701	-	-
Despesas antecipadas	260	218	-	-
Subsídio baixa renda	236	638	-	-
Depósito reinvestimento banco do nordeste	-	-	441	2.709
Outros	362	460	93	87
Total	<u>4.015</u>	<u>4.341</u>	<u>534</u>	<u>2.796</u>

7.1 - SERVIÇOS EM CURSO – P&D / PEE

O saldo de R\$ 2.610 (R\$ 2.701 em 31 de dezembro de 2010) registrado no ativo circulante é composto por gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência Energética e Pesquisa & Desenvolvimento, instituídos pelas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008, respectivamente.

A realização desses gastos ocorre a débito do Passivo Circulante de Encargos do Consumidor a Recolher quando do encerramento dos projetos.



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

»»»Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

7.2 - DEPÓSITO REINVESTIMENTO BANCO DO NORDESTE

O saldo de R\$ 441 (R\$ 2.709 em 31 de dezembro de 2010) registrado no ativo não circulante é composto por depósitos efetuados em conta vinculada no banco do nordeste, decorrente do incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios da Companhia.

Os valores, que são remunerados à taxa de 95% do CDI, são resgatados à medida que os projetos apresentados pela Companhia são aprovados pela SUDENE.

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

O saldo de R\$ 75.082 (R\$ 65.357 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Este ativo financeiro reflete o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo da concessão, e é calculado com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis ao seu término.

A movimentação do exercício é a seguinte:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2010	65.357
Adições - Transferências do ativo intangível	12.066
Baixas - Transferências para o ativo intangível	(792)
Obrigações especiais	(1.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	75.082

9.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO INTANGÍVEL

	Saldos no início do exercício 31/12/2010	Adições	Baixas por alienação e desativação	Transferências por entradas em serviço	Transferências com o ativo financeiro indenizável	Saldos no final do exercício 31/12/2011
Intangível em serviço						
Geração	545	-	(87)	83	20	561
Distribuição	66.377	-	(7.200)	3.689	771	63.637
Administração	4.543	-	(498)	181	1	4.227
(-) Amortização acumulada	71.465	-	(7.785)	3.953	792	68.425
Total do intangível em serviço	(43.057)	(7.089)	5.688	-	-	(44.458)
Intangível em curso	28.408	(7.089)	(2.097)	3.953	792	23.967
Geração	727	158	-	(83)	(600)	(202)
Distribuição	10.964	13.547	-	(3.689)	(11.043)	9.779
Administração	83	528	-	(181)	(423)	7
Total do intangível em curso	11.774	14.233	-	(3.953)	(12.066)	9.988
Total do intangível registrado	40.182	7.144	(2.097)	-	(11.274)	33.955
(-) Obrigações especiais	(3.612)	(781)	1.373	-	-	(3.020)
Total do intangível	36.570	6.363	(724)	-	(11.274)	30.935

10. FORNECEDORES

	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	5.917	5.942
Encargos de uso da Rede Básica	611	533
Materiais e serviços	454	1.009
Total	6.982	7.484

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	3.143	3.462
Pis e Cofins	872	1.198
INSS	278	322
FGTS	81	79
IRRF s/ juros sobre o capital próprio	64	60
ISS	15	28
Outros	65	95
Total	4.518	5.244

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2011		31/12/2010	
	Atualização	Circulante	Não circulante	Circulante
Moeda nacional				
Eletrobrás (a)	RGR + 5,00% a.a	3.071	20.100	2.720
Banco Itaú S.A.	+ 1,00% a.a	-	-	258
Banco Santander Banespa S.A. (b)	TJLP + 3,30% a.a	-	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	TJLP + 3,30% a.a	33	-	1.063
Banestes S.A. (c)	TJLP + 2,50% a.a	2.019	4.037	1.905
Caixa Econômica Federal (d)	TJLP + 3,00% a.a	576	288	576
Banco Safra S/A (e)	4,50% a.a	242	531	214
Banco Nordeste Brasil S/A (f)	8,00% a.a	45	139	-
Banco do Brasil S/A (g)	10,00% a.a	99	227	-
Total	5,50% a.a	-	1.872	-
		6.085	27.194	6.736
				29.109

(a) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", do Ministério de Minas e Energia.

(b) Contratos de abertura de crédito com repasse do Banco Santander Banespa S.A. (Finame) e com a Caixa Econômica Federal (FAT), utilizados na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a LT 138KV, ligando a Usina Mascarenhas a SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contrato de abertura de crédito com repasse do Banestes S.A. (Finame), utilizado na aquisição de equipamentos para a SE Colatina e SE Alto Moacyr.

(d) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse da Caixa Econômica Federal, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(e) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse do Banco Safra S/A. (Finame), utilizado na aquisição de 01 (um) Caminhão Iveco Eurocargo e 01 (um) Autoguincho Aéreo Isolado e aplicados na área de concessão da Companhia.

(f) Contrato Cédula de Crédito Comercial com repasse do Banco do Nordeste do Brasil S/A, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(g) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse do Banco do Brasil S/A, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, os saldos das parcelas relativas ao principal dos financiamentos registrados no ativo não circulante tinham os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2013	6.042
2014	5.732
2015	3.464
2016	3.170
2017	2.920
2018	2.176
2019	1.951
2020	1.387
2021	331
2022	21
Total	27.194

9. INTANGÍVEL

9.1 - ATIVO INTANGÍVEL

	Custo	Amortização acumulada	31/12/2011	31/12/2010
			Valor líquido	Valor líquido
Ativo intangível em serviço				
Geração	561	(445)	116	57
Distribuição	63.637	(41.110)	22.527	26.755
Administração	4.227	(2.903)	1.324	1.596
Total do ativo intangível em serviço	68.425	(44.458)	23.967	28.408
Ativo intangível em curso				
Geração	203	-	203	727
Distribuição	9.779	-	9.779	10.964
Administração	6	-	6	83
Total do ativo intangível em curso	9.988	-	9.988	11.774
Valor líquido	78.413	(44.458)	33.955	40.182
(-) Obrigações especiais			(3.020)	(3.612)
Total do ativo intangível			30.935	36.570

	Saldos no início do exercício 31/12/2010	Adições	Baixas por alienação e desativação	Transferências por entradas em serviço	Transferências com o ativo financeiro indenizável	Saldos no final do exercício 31/12/2011
Intangível em serviço						
Geração	545	-	(87)	83	20	561
Distribuição	66.377	-	(7.200)	3.689	771	63.637
Administração	4.543	-	(498)	181	1	4.227
(-) Amortização acumulada	71.465	-	(7.785)	3.953	792	68.425
Total do intangível em serviço	(43.057)	(7.089)	5.688	-	-	(44.458)
Intangível em curso	28.408	(7.089)	(2.097)	3.953	792	23.967
Geração	727	158	-	(83)	(600)	(202)
Distribuição	10.964	13.547	-	(3.689)	(11.043)	9.779
Administração	83	528	-	(181)	(423)	7
Total do intangível em curso	11.774	14.233	-	(3.953)	(12.066)	9.988
Total do intangível registrado	40.182	7.144	(2.097)	-	(11.274)	33.955
(-) Obrigações especiais	(3.612)	(781)	1.373	-	-	(3.020)
Total do intangível	36.570	6.363	(724)	-	(11.274)	30.935

Relação dos contratos e vencimento da última parcela:

Instituição	Contrato	Vencimento última parcela
Banco Santander	83141	Set/2011
Itaú S.A.	16736/00	Set/2011
Itaú S.A.	19281/00	Out/2011
Banco Santander	84923	Jan/2012
Banestes S.A.	112470/301	Jun/2013
Banco do Nordeste do Brasil S/A	198.2011.250.4594	Abr/2014
Caixa Econômica Federal	218.687-02/07	Dez/2014
Caixa Econômica Federal	0172.715.0000001/23	Jan/2015
Caixa Econômica Federal	0172.715.0000054/35	Abr/2015
Banco do Nordeste do Brasil S/A	198.2011.334.4651	Mai/2015
Caixa Econômica Federal	0172.715.0000055/16	Jul/2015
Banco Safra S/A	0327084090	Jan/2016
Banco Safra S/A	0327084103	Jan/2016
Eletrobrás	ECFS - 020/2004	Jul/2016
Eletrobrás	ECFS - 098/2005	Dez/2017
Eletrobrás	ECFS - 183/2007	Ago/2019
Eletrobrás	ECFS - 226/2008	Nov/2020
Banco do Brasil S/A	40/00513-5	Jan/2021
Eletrobrás	ECFS - 256/2009	Jun/2021
Eletrobrás	ECFS - 296/2010	Jul/2022

13. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	31/12/2011	31/12/2010
RGR	198	175
CCC	499	443
CDE	353	305
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	1.210	944
Programa de Eficiência Energética (PEE)	1.811	2.237
Contribuição iluminação pública	1.439	913
Outros	177	240
Total	5.687	5.257

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2011	Circulante 31/12/2010
Obrigações sociais	74	75
Obrigações estimadas com pessoal	1.204	2.146
Outros	259	130
Total	1.537	2.351

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/Classe	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	2.937.927	46.504	2.937.927	39.860
Preferenciais	1.484.392	23.496	1.484.392	20.140
	4.422.319	70.000	4.422.319	60.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		20,4246		19,5951

b) Reserva de lucros (investimentos)

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 3.095 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

Adicionalmente, foram calculados os juros sobre o capital próprio observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2011, no valor total de R\$ 5.127, tendo sido atribuído à reserva de retenção de lucros para ulterior deliberação em Assembleia Geral.

c) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. As ações ordinárias são remuneradas baseadas em 25% do lucro líquido do exercício ajustado. As ações preferenciais são remuneradas baseadas em 8% sobre o seu valor nominal, sendo o valor distribuído nunca inferior ao valor distribuído às ações ordinárias.

O capítulo III do Estatuto Social da Santa Maria estabelece que, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

- ✓ Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e;
- ✓ Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

»»»Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

»»»Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	14.108
Incentivo fiscal lucro da exploração e reinvestimento	(1.730)
Constituição de reserva legal	(618)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(5.127)
Lucro líquido ajustado	6.633
Dividendos mínimos obrigatórios:	
Ações ordinárias	1.658
Ações preferenciais	1.880
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	3.538

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Um resumo das contingências passivas às quais a Companhia é parte está sendo apresentado abaixo:

Natureza	Possível	Provável	Total
Cível	244	849	1.093
Tributária	633	12	645
Total	877	861	1.738

A Companhia, juntamente com as demais concessionárias de serviço público de energia elétrica do país, é parte em um processo de ação coletiva em tramitação na 3ª. vara federal cível da comarca de Belo Horizonte/MG, movido pela Associação de Defesa de Interesses Coletivos - ADIC, relativo à metodologia de cálculo de reajustes das tarifas de fornecimento de energia elétrica, cujo valor da causa, atualizado em 31 de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 7.660.988.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração julga não ser necessária a constituição de provisão contábil para fazer frente a questões civis nas quais a Companhia figura como ré, em função da cobertura destas sucumbências pelas seguradoras.

17. RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES CONTINUADAS

	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	48.063	37.770	84.716	84.484	49.696	45.279
Residencial - Baixa renda	9.470	17.859	16.880	16.559	6.601	5.663
Industrial	1.344	1.204	83.616	76.445	38.647	32.423
Comercial, serviços e outros	7.257	6.932	72.161	71.207	39.445	36.329
Rural	25.024	24.275	118.089	127.486	28.711	28.072
Poder público	850	823	13.435	13.068	7.137	6.316
Iluminação pública	45	45	14.247	13.855	4.000	3.550
Serviço público	126	126	10.430	10.763	4.676	4.472
Consumo próprio	35	35	785	783	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	370	3.320
Total do fornecimento de energia elétrica	92.214	89.069	414.359	414.650	179.283	165.424
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	7.053	8.276
Sub-total	92.214	89.069	414.359	414.650	186.336	173.700
(-) Deduções à receita operacional						
RGR	-	-	-	-	(2.357)	(2.035)
CDE	-	-	-	-	(4.248)	(3.736)
CCC	-	-	-	-	(5.930)	(5.521)
P&D	-	-	-	-	(583)	(543)
PEE	-	-	-	-	(583)	(543)
Outros encargos	-	-	-	-	(349)	(325)
ICMS	-	-	-	-	(39.752)	(35.894)
Pis/Cofins/ISS	-	-	-	-	(10.042)	(9.301)
Sub-total	-	-	-	-	(63.844)	(57.898)
Total	92.214	89.069	414.359	414.650	122.492	115.802

18. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Supradora	2011		2010	
	MWh	R\$	MWh	R\$
ESCELSA	450.398	58.436	455.666	55.934
Encargos de uso da rede básica	-	5.406	-	5.222
PROINFA	11.054	1.903	10.879	1.862
Subtotal	461.452	65.745	466.545	63.018
ESCELSA - Dif. art. 9º REH ANEEL 774/2009	-	-	-	273
ESCELSA - Dif. art. 8º REH ANEEL 1.105/2011	-	4.689	-	-
Total	461.452	70.434	466.545	63.291

18.1 SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	MWh	
	2011	2010
Geração própria	9.995	7.343
Energia comprada	461.452	466.545
Total	471.447	473.888

19. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras estão assim representadas:

	2011	2010
Receitas:		
Receita de aplicações financeiras	1.521	1.867
Variações monetárias	271	235
Outras receitas financeiras	1.678	1.632
Total	3.470	3.734
Despesas:		
Encargos de dívidas	(2.258)	(2.526)
Outras despesas financeiras	(1.092)	(348)
Total	(3.350)	(2.874)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	120	860

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é apresentada como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.975	21.114	13.975	21.114
Alíquotas do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(3.494)	(5.278)	(1.258)	(1.900)
Adições (exclusões) líquidas	(2.681)	(4.633)	(4.487)	(6.431)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	11.294	16.481	9.488	14.683
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.765)	(4.064)	(854)	(1.321)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	19,79%	19,25%	6,11%	6,26%

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$ 46.477.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância segurada
Incêndio	26/07/10 a 26/07/12	44.557
Responsabilidade civil geral	26/07/11 a 26/07/12	1.600
Responsabilidade civil geral (danos morais)	26/07/11 a 26/07/12	320
		46.477

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em atendimento às disposições contidas na Deliberação CVM 600, e em observância ao Pronunciamento NPC 26 do IBRACON, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial do plano de benefícios Santa Maria I, cujos principais resultados estão apresentados a seguir:

	2011	2010
Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	70.064	1.341.121
Valor justo dos ativos do plano	(61.741)	(3.624.588)
Resultado de transição	8.323	(2.283.467)
Montante não reconhecido	-	1.141.733
Passivo / (ativo) atuarial líquido	8.323	(1.141.734)

	2011	2010
Cálculo dos (ganhos) / perdas		
(Ganho) / perda nas obrigações atuariais	(207.503)	61.495
(Ganho) / perda nos ativos do plano	203.373	478.485
(Ganho) / perda na contribuição do empregado	38.745	(16.689)
Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefício	2.464.241	-
(Ganho) / perda no ano	2.498.856	523.291

	2011	2012
Despesa / (receita) a ser reconhecida na demonstração de resultados do próximo exercício		
Custo do serviço corrente (com juros)	94.679	-
Custo dos juros	137.331	7.175
Retorno esperado dos ativos do plano	(371.158)	(6.322)
Custos de amortizações (efeito de qualquer redução ou liquidação)	2.464.241	-
Total da despesa / (receita) bruta a ser reconhecida	2.325.093	853
Contribuições esperadas de participante para o próximo ano	(53.332)	-
Total da despesa / (receita) líquida a ser reconhecida	2.271.761	853

	2011	2010
Premissas atuariais adotadas nos cálculos		
Taxa de desconto nominal: a.a.	10,24%	10,24%
Taxa esperada de retorno dos ativos do plano: a.a.	10,24%	10,24%
Taxa esperada de retorno dos direitos de reembolso:	10,24%	10,24%
Taxa esperada dos aumentos salariais:	0%	0%
Taxa esperada dos aumentos dos benefícios:	4%	4%
Taxa estimada de inflação no longo prazo:	4%	4%
Tábua biométrica de sobrevivência geral:	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade geral:	CSO 58	CSO 58
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválido:	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Taxa de rotatividade esperada:	0%	0%

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à legislação aplicável, a Companhia efetuou uma avaliação dos seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011. Os principais instrumentos financeiros e considerações gerais estão descritos a seguir:

- ✓ Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantidos para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- ✓ Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- ✓ Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo; e
- ✓ Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia elétrica, com custos subsidiados, atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

23.1 RISCOS OPERACIONAIS

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionários e permissionários. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições pode implicar vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido, predominantemente, pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema, poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Continuação»»»



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

»»»Continuação

DEMONSTRAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Não auditado) Em milhares de reais

		2011		2010			
1 - Base de cálculo							
Receita líquida (RL)			122.492		115.802		
Resultado operacional (RO)			19.102		25.891		
Folha de pagamento bruta (FPB)			9.134		7.758		
2 - Indicadores sociais internos		Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		166	1,82%	0,14%	144	1,86%	0,12%
Encargos sociais compulsórios		4.290	46,97%	3,50%	3.657	47,14%	3,16%
Previdência privada		397	4,35%	0,32%	361	4,65%	0,31%
Plano de Saúde		142	1,55%	0,12%	111	1,43%	0,10%
Segurança e medicina do trabalho		23	0,25%	0,02%	11	0,14%	0,01%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		33	0,36%	0,03%	63	0,81%	0,05%
Creches ou auxílio-creche		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)		133	1,46%	0,11%	138	1,78%	0,12%
Total dos indicadores sociais internos		5.184	56,75%	4,23%	4.485	57,81%	3,87%
3 - Indicadores sociais externos		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente		10	0,05%	0,01%	10	0,04%	0,01%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		5	0,03%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)		14	0,08%	0,01%	11	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade		29	0,15%	0,02%	22	0,08%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)		13.871	72,62%	11,32%	14.688	56,73%	12,68%
Total dos indicadores sociais externos		13.900	72,77%	11,35%	14.710	56,82%	12,70%
4 - Indicadores ambientais		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa		12	0,06%	0,01%	22	0,08%	0,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		12	0,06%	0,01%	22	0,08%	0,02%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas () cumpre de 51 a 71% () não possui metas () cumpre de 51 a 71%
 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de empregados (as) ao final do período 353
 Nº de admissões durante o período 61
 Nº de empregados (as) terceirizados (as) 95
 Nº de estagiários (as) 0
 Nº de empregados (as) acima de 45 anos 109
 Nº de mulheres que trabalham na empresa 41
 % de cargos de chefia ocupados por mulheres 1,13
 Nº de negros (as) que trabalham na empresa 26
 % de cargos de chefia ocupados por negros (as) 0,28
 Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais 11

332
80
174
-
109
32
60
23
10

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa 24,35
 Número total de acidentes de trabalho 4

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação dos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, empresa:

Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):

Distribuição do valor adicionado (DVA):

2011 **Metas 2012**

() todos (as) empregados (as) () direção e gerências () todos (as) empregados (as) () direção e gerências () todos (as) empregados (as)

() direção e gerências () todos (as) empregados (as) (X) todos (as) + Cipa () direção e gerências () todos (as) empregados (as) (X) todos (as) + Cipa

(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT (X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT

() direção () direção e gerências (X) todos (as) empregados (as) () direção () direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)

(X) direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as) (X) direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)

() não são considerados () não são considerados () não são considerados () não são considerados () não são considerados () não são considerados

() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva () não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva

Na empresa: 470 No procon: 3 Na justiça: 11 Na empresa: 168 No procon: 2 Na justiça: 81

Na empresa: 96,60% No procon: 100,00% Na justiça: 100,00% Na empresa: 100,00% No procon: 100,00% Na justiça: 59,00%

96.279

68,83 % governo 13,17 % colaboradores (as) 65,72 % governo 11,76 % colaboradores (as)
 10,24 % acionistas 3,97 % terceiros 3,79 % retido 11,20 % acionistas 4,02 % terceiros 7,30 % retido

DIRETORIA

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor - Presidente

ANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice-Presidente

ANGELO ANDRÉ BOSI
Diretor

CARLOS ALBERTO LIMA
Contador - CRC: ES 9263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Colatina / ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (continuação)

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é realizada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado de 18 de fevereiro de 2011, com ressalva relativa ao reconhecimento de parte da receita de 2009, contabilizada no exercício de 2010, no montante de R\$ 2.223, líquido dos efeitos tributários. Esse assunto não produziu impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1 SP-197193/O-6 "S" RJ